

## IMAGENS DA CRIANÇA ENTRE A COLÔNIA E O IMPÉRIO

Elizabeth Lannes Bernardes

Neste trabalho pretendo resgatar as imagens da criança entre a Colônia e o Império. O lugar que a infância ocupa em um determinado contexto social depende da forma com que o adulto concebe a criança, pois essas imagens determinam o seu crescimento, sua educação e o seu brincar. Nessa época existem poucas palavras para definir a criança. A expressão utilizada é “miúda”, “ingênuo”, “infante”. A primeira idade da vida era a infância, período que ia do nascimento aos 7 anos, caracterizado pela ausência da fala ou pela fala imperfeita. A segunda idade era a puerícia, que ia dos 7 aos 12-14 anos<sup>1</sup>. Segundo Gilberto Freyre, era nessa etapa da vida, próximo à puberdade, que as crianças eram obrigadas a se vestirem e comportarem como adultas:

Os viajantes que aqui estiveram no século XIX são unânimes em destacar este ridículo da vida brasileira: os meninos, uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo bem penteado, às vezes frisados à Menino Jesus, o colarinho duro: calça comprida, roupa preta, botinas pretas, o andar grave, os gestos sisudos: um ar tristonho de quem acompanha enterro.<sup>2</sup>

Na sociedade colonial, a infância era compreendida como um momento de transição para a vida adulta. Segundo Jurandir Freire Costa<sup>3</sup>, a criança ocupava uma posição irrelevante na família patriarcal e na vida social. Nessa época, o pai exercia poderes absolutos sobre todos os membros do agrupamento familiar. Esse autoritarismo paterno foi assegurado pelo valor da propriedade, do saber tradicional e da visão religiosa da cultura.

A ordem jurídica vigente garantia ao patriarca à manutenção integral de sua propriedade através do regime sucessório dos bens, isto é, o morgadio determinava que o primogênito homem fosse o herdeiro do pai. Dessa maneira, propriedades não eram divididas entre os outros membros da família, favorecendo o *pater familias*. Nessa época, as mulheres eram excluídas da herança e decisões familiares. Outra lei que favoreceu a autoridade do pai era as “Ordenações do Reino”, determinando ao pai o direito de castigar

esposas, filhos e mulheres. O viajante Thomas Ewbank, no ano de 1846, relata o enclausuramento de mulheres em conventos e recolhimentos, por desobedecerem a seus pais:

Um negociante, que H. também conheceu, levou certo dia sua única filha para uma visita. A carruagem parou no convento da Ajuda. A jovem subiu os três ou quatro degraus externos sem observar o local. Em seguida, as portas fecharam-se às suas costas e seu pai afastou-se. A jovem, que havia recusado um marido escolhido por seu pai, ficou enclausurada durante dois anos até ceder e dar seu consentimento, quando pôde sair do convento.<sup>4</sup>

Na Colônia, o pai interessava-se pelo filho adulto, pois este era capaz de compreender as normas e os saberes ancestrais, transmitidos pela oralidade, de geração a geração, com a finalidade de preservar e aumentar os bens e as riquezas da família. Parece ser esse o motivo pelo qual as próprias crianças desejavam a adultização. Compreendiam que, no mundo colonial, os “louros” destinavam-se aos homens adultos:

Tamanho é o prestígio do homem feito, nas sociedades patriarcais, que o menino, com vergonha da meninice, deixa-se amadurecer, morbidamente, antes do tempo. Sente gosto na precocidade que o liberta da grande vergonha de ser menino.<sup>5</sup>

Outra instituição que contribuiu para que a criança ocupasse uma posição marginalizada na sociedade colonial foi a Igreja Católica. Para o catolicismo, a criança representa o símbolo do pecado original, a incapacidade do homem em renunciar os prazeres mundanos. Santo Agostinho, em suas *Confissões*, dizia: “Fui concebido na iniquidade ... é no pecado que minha mãe me gerou ... onde portanto, Senhor, onde e quando fui inocente?”<sup>6</sup> Entretanto, a criança só foi relevante para a religião católica enquanto símbolo da pureza e inocência. Nesse caso, o “anjinho” era venerado e circulava em todas as peregrinações e festas religiosas. Em 1853, os pastores protestantes, Kidder e Fletcher, descrevem uma procissão de Quarta-feira de Cinzas, através das principais ruas do Rio de Janeiro, até o convento de Santo Antônio, onde aparecem as “pequerruchas”:

Antes de cada grupo de imagens vem marchando um anjinho, conduzido por um padre, e espalhando folhas e pétalas de rosa pelo caminho. [...] Como o leitor pode estar ansioso em conhecer que

espécie de anjo é esse que toma parte no espetáculo, devo explicar que há uma classe de anjos criada para a ocasião, e que agem sob a tutela dos santos exibidos. Pequerruchas de oito a dez anos são geralmente escolhidas para servirem de anjinhos, sendo para isso preparadas com as mais fantásticas vestimentas. O principal objetivo dessas vestimentas é exibirem um corpete e duas asas, a saia e as mangas são de grandes dimensões, utilizando-se para isso rodas e armações de vime, nas quais flutuam sedas, gazes, fitas, rendas, lantejoulas e plumas de diversas cores. Na sua cabeça colocam uma espécie de tiara. Seus cabelos caem em anéis pelo rosto e pelo pescoço, e o ar triunfal com que marcham mostra como plenamente compreendem a honra de ser o principal objeto de admiração.<sup>7</sup>

Porém, foi a criança morta, o “anjinho” que mereceu devoção especial na família colonial. O viajante inglês, John Luccock, ficou chocado com as palavras de uma mãe diante da morte de seu filho:

Ó como estou feliz, pois que morreu o último dos meus filhos! Que feliz que estou! Quando eu morrer e chegar diante dos portões do céu, nada me impedirá de entrar, pois que ali estarão cinco criancinhas a me rodear e a puxar-me pela saia e exclamando: Entra Mamãe, entra! Ó que feliz que sou! repetiu ainda, rindo a grande.<sup>8</sup>

Esse fato faz lembrar as atitudes de indiferença dos pais em relação à morte dos filhos, descrita por Philippe Ariès, na Europa, no início da modernidade. Assim, expressava Montaigne: “Perdi dois ou três pequenos, não sem tristeza, mas sem desespero”<sup>9</sup>. Madame de Sévigné, por sua vez, não se surpreendeu quando soube que Madame Coetquen desmaiou ao receber a notícia da morte de sua filhinha: “Ela ficou muito aflita e disse que jamais terá uma outra bonita.”<sup>10</sup> As crianças eram consideradas tão insignificantes que não se temia que voltassem após a morte para importunar os filhos.

Já no Brasil, os pequenos que sobreviviam eram cuidados pelas mães africanas, amas de leite que modificaram as canções de ninar de origem portuguesa e, em vez do papão, surgem o saci-pererê, a mula-sem-cabeça, as almas penadas, a cuca, o boitatá, o lobisomem. Essas supertições, lendas e histórias eram contadas pelas yayás às crianças choronas e mal criadas das casas grandes e senzalas. A linguagem infantil também foi enternecida pela ação da ama negra, que reduplicou a sílaba tônica dando às palavras um especial encanto: *cacá, pipi, bumbum dindinho, mimi, neném, dodói, tatá*.<sup>11</sup>

O “muito mimos” em torno das crianças pequenas e dos filhos de escravos eram censurados por viajantes estrangeiros, moralistas e nos tratados de boa educação.<sup>12</sup> Ao comparar a criança brasileira com a inglesa, o viajante Robert Edwart Edgecumbe, em 1886, afirmou:

O pai e a mãe no Brasil vivem com os filhos ao redor e estragam-nos até onde podem. Uma criança brasileira é pior que um mosquito hostil. As casas brasileiras não têm um lugar para elas e, como se considera cruel pôr os queridinhos para dormir, durante o dia, tem-se prazer ininterrupto de sua companhia. [...] crianças no sentido inglês, não existem no Brasil.<sup>13</sup>

Os relatos dos viajantes que chegaram ao Brasil após a abertura dos portos, em 1808, descrevem as crianças brancas de elite como sendo selvagens, indisciplinadas e mal educadas, devido à convivência com os negrinhos escravos. Em 1825, E. Belman informava:

Os meninos crescem na vadiagem e na má-criação e como os pais deixam, desde a infância, quase que exclusivamente entregues à guarda e ao convívio dos negros, tornam-se naturalmente parecidos com estes, em todos os sentidos, tanto mais que os negros também na moral são seus mestres.<sup>14</sup>

Quarenta anos depois, E. C. e L. R. Agassez, ao se referirem à educação doméstica, constatam os “perigos” e os “vícios” decorrentes do contato da criança branca com os filhos dos escravos:

Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeitos da escravidão, inegável é que existem, e é estranho ver pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo o que se refere aos filhos, deixarem-nos constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os perigos mais evidentes, um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria e o vício, os pais não o percebem.<sup>15</sup>

Em seu memorial de viagem, em 1809, John Mawe também constata a presença de crianças escravas brincando com crianças brancas:

Os filhos de escravos são criados com os dos senhores, tornam-se companheiros de folguedos e amigos e, assim, estabelece-se entre eles uma familiaridade que, forçosamente, terá de ser abolida na idade

em que um deve dar ordens e viver à vontade, enquanto o outro terá de trabalhar e obedecer.<sup>16</sup>

Gilberto Freyre confirma esse costume do menino branco receber um ou mais moleques negros como companheiros de brincadeira e serviam para serem cavalo de montaria, burros de liteira, de carro de cavalo, em que um barbante serve de rédea, um galho de goiabeira de chicote. Os meninos brancos reproduziam nas brincadeiras as relações de dominação da escravidão. Eram os “manés-gostosos”, os “leva-pancadas”.

Em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Machado de Assis retrata as relações perversas entre o menino branco e o seu muleque:

Prudêncio, um muleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um “ai, nhonho!” – ao que eu retorquia: — “Cala a boca, besta!”.<sup>17</sup>

Além desse folguedo, era comum o “jogo do belisco”, brincadeira de roda que, no final da cantoria, dizia “que lá vai um beliscão”; então, a última criança a ser atingida levava um beliscão; este era forte nos moleques e brandos nos sinhozinhos. Nos jogos de pião e no soltar papagaio notava-se resquícios do sistema escravagista:

Mesmo no jogo do pião e no brinquedo de empinar papagaio, achou jeito de exprimir o sadismo do menino das casas-grandes e dos sobrados do tempo da escravidão, através das práticas, de uma aguda crueldade infantil, e ainda hoje corrente no Norte, “de lascar-se o pião” ou de “comer-se o papagaio” do outro; papagaio alheio é destruído por meio da lasca, isto é, lâmina de vidro ou caco de garrafa, oculto nas tiras de pano de rabo.<sup>18</sup>

A partir de meados do século XIX, houve uma recodificação da imagem infantil e a criança foi pensada como matriz físico-emocional do adulto, a partir de noções de evolução, diferenciação e gradação. Essa reordenação resultou da ação dos médicos-higienistas em face a mortalidade infantil.<sup>19</sup> Na sessão da Academia Imperial, em 18 de junho de 1846, foram levantadas as seguintes questões: “1º A que se deve atribuir tão grande mortalidade nas crianças, nos seus primeiros anos de vida? 2º Quais as moléstias mais freqüentes nas crianças?”<sup>20</sup> As respostas foram: o mau tratamento do cordão umbilical, vestuário impróprio,

o uso e o abuso de comidas fortes, falta de tratamento médico no princípio da moléstia, vermes intestinais, etc. Dentre as causas principais da mortalidade infantil é a incapacidade dos adultos cuidar das crianças.

Na sua obra, *Causa da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro*, em 1876, o Dr. José Maria Teixeira atribuía a ignorância das mães, ou seja, a falta de educação física, moral e intelectual delas e a ilegitimidade dos nascimentos, as razões principais da mortalidade infantil no Brasil. Ambas revelam a ignorância, a incapacidade da família em cuidar dos filhos. Em relação à ilegitimidade, os higienistas constataram que a morte dos filhos naturais era maior do que a dos filhos legítimos e associaram à mortalidade dos ilegítimos a prostituição doméstica. Dessa forma, censuravam o comportamento sexual do patriarca, responsabilizando-o pelos altos índices de mortalidade infantil. Na segunda, criticam as mulheres da elite por não amamentarem os seus filhos, condenando o aleitamento mercenário e associando-o a elevada taxa de mortalidade infantil. Procuram, ainda, persuadir a mulher da elite de que sua vocação natural era ser mãe. A mulher que recusasse a ser mãe e que não amamentasse infringiria as leis da natureza e, ao mesmo tempo, ameaçaria o futuro da nação.

Foi nesse período, mais precisamente na segunda metade do século XIX, que o saber médico formula todo um discurso de valorização da mulher em função do papel materno. Difunde-se na sociedade brasileira o mito do amor materno, através do qual procura-se imbuir as mães de um sentimento de cuidado, proteção, carinho e amor, enquanto um sentimento natural, espontâneo e definido biologicamente pela sua natureza reprodutora. Em função desse sentimento natural, a mulher é encarregada da educação das crianças e o status de “guardiã do lar”.<sup>21</sup>

A partir de meados do século XIX, as crianças de elite passaram a ser educadas segundo as normas da higiene, tanto no espaço privado do lar quanto no espaço escolar. Desde cedo aprendiam a ser polidas, disciplinadas e bem educadas, a se tornarem o *gentleman*, o *petit-bourgeois* europeu. Os moleques, as crianças do povo vão ser

disciplinadas no século XX pelas escolas públicas, institutos profissionalizantes ou em instituições de internamento. Entretanto, muitas crianças resistem e manipulam o sistema para suas finalidades próprias.

---

NOTAS:

<sup>1</sup> Sobre o tempo da infância, ver Philippe Ariès. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

<sup>2</sup> Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. p. 411.

<sup>3</sup> Jurandir Freire Costa. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

<sup>4</sup> Thomas Ewbank, 1846, apud Miriam Moreira Leite (Organizadora). *A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo, Brasília: Hucitec, INL, Fundação Pró-memória, 1984. p. 63.

<sup>5</sup> Gilberto Freyre. *Sobrados e mocambos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1951. p. 87.

<sup>6</sup> Santo Agostinho, apud Elizabeth Badenter. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 55.

<sup>7</sup> Kidder & Fletcher, 1853, apud Miriam Moreira Leite. A infância no século XIX, segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos C. de (Organizador). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 41-42.

<sup>8</sup> John Luccock. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1975. p. 80.

<sup>9</sup> Philippe Ariès, op. cit., p. 57.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> Gilberto Freyre, op. cit.

<sup>12</sup> Mary Del Priore (Orga.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 84-106.

<sup>13</sup> Robert Edwart Edgecumbe, 1886, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 56.

<sup>14</sup> E. Belman, 1825, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 70.

<sup>15</sup> E.C. e L. R. Agassez, 1865, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 76.

<sup>16</sup> John Mawe, 1809, apud Miriam Moreira Leite, op. cit., p. 33.

<sup>17</sup> Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. In: FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 370.

<sup>18</sup> Gilberto Freyre, op. cit., p. 368. Informações sobre as variantes do jogo de beliscar e de outras brincadeiras, nos tempos do engenho de açúcar, aparecem em Tizuko Morchida Kishimoto. *Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação*. Petrópolis, RJ: Vozes: 1993.

<sup>19</sup> Jurandir Freire Costa, op. cit..

<sup>20</sup> José M. Teixeira, 1876. Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro. In: FREIRE, Jurandir Costa, op. cit., p. 163.

<sup>21</sup> Margareth Rago. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 61 - 116. E sobre o mito do amor materno ver Elizabeth Badenter, op. cit..